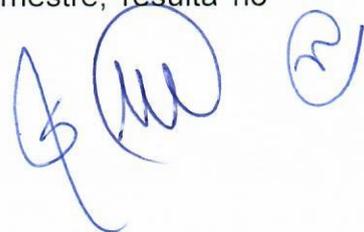


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de Audiência Pública na qual o Poder Executivo Municipal vem demonstrar o cumprimento de suas metas fiscais do Terceiro Quadrimestre do ano de dois mil e vinte, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Iniciou a sessão o Ver. João do Alto, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, cumprimentando a todos os presentes e convidando os demais membros da comissão para tomarem seus lugares. Convidou também para tomarem lugar à mesa, o Prefeito Srº Maurício Aparecido da Silva, o assessor contábil do município, Sr. Marcos Rocco, e o contador do Executivo, Sr. Ederson Fábio. Passou-se então a palavra ao Prefeito, Sr. Maurício, que cumprimentou a população, os secretários, vereadores, e as demais autoridades presentes. Destacou a presença dos membros do Conselho Municipal de Saúde. Justificou a ausência do Secretário de Fazenda Srº Cleison Moreira de Souza, pelo fato de que o mesmo está com Covid. Começou a falar então que o ano de 2020 (dois mil e vinte) foi um ano difícil, e que os números ali apresentados, se não fosse pela pandemia, seriam muito diferentes. Que foi um ano de incertezas, onde as receitas e despesas fugiam à todo momento do planejado. Que não é simples administrar com a insegurança financeira. Que não havia dúvidas que os gastos estavam aumentando pela urgência das necessidades, mas não se tinha certeza sobre como seriam as receitas. Que houve no ano passado o socorro pelo Governo Federal, mas que esse recurso foi uma complementação pela queda da receita. Que a pandemia ainda não acabou, e que é necessário agora manter os cuidados com as finanças nesse novo exercício. Que o custo para manter o município está aumentando. Como exemplo, citou que na Audiência da Saúde, ficou claro que terão que contratar, remanejar, não se sabe como, funcionários, pessoas para fazer o atendimento da saúde. Que devido ao pico de casos de Covid, vivemos um momento de muita insegurança financeira. Que por mais que a administração se esforce, não será possível agradar a todos. Devolveu a palavra ao Presidente, que passou a palavra ao Sr. Ederson Fábio, contador do município. Esse então começou a leitura do relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2020. Esse explicou que, considerando as receitas de todas as fontes, observou-se que para um valor previsto de R\$ 77.735.636,50, foi realizado um total de R\$ 69.484.738,01, correspondente a 89,39% do previsto para o ano, conforme consta do balanço orçamentário em anexo. Que a despesa empenhada alcançou o montante de R\$-64.765.355,30, sendo que foi efetivamente liquidada, de janeiro a dezembro, o montante de R\$ 64.283.761,45, mantendo-se como despesas mais representativas as de Pessoal e Encargos Sociais. Disse que é importante registrar a ocorrência de um superávit orçamentário, na ordem de R\$ 5.275.271,34 em relação à despesa paga. Já o Resultado Primário de Janeiro a dezembro, face à efetiva receita e despesa pagas, fechou positivamente em R\$8.087.560,10. Já o resultado Nominal ajustado, comparando a disponibilidade líquida em 31/12/2019 com a registrada ao final deste quadrimestre, resulta no



valor positivo de R\$ 2.753.540,97. O Resultado Orçamentário também se mostrou positivo, já que alcançou um superávit de R\$5.275.271,34. O montante das Despesas com Pessoal, Dívida, Garantias e Operações de Créditos, apresenta-se dentro dos limites previstos na legislação. O total da despesa líquida com pessoal ficou em 51,15% da Receita Corrente Líquida, o que a coloca entre os limites de alerta e prudencial. Quanto aos limites de endividamento, o município está em situação muito favorável, com dívidas praticamente em zero. Passando para os investimentos em Saúde. Disse que, considerando as despesas realizadas por todas as fontes, registramos um valor de R\$17.947.590,18, sendo que foi realizado com recursos próprios, o total de R\$16.403.459,09 correspondentes a 38,87% da receita própria. Destacou também que o limite mínimo para investimentos em Saúde era de apenas 15%. Ou seja, o município investiu mais que o dobro do exigido pela lei. Com relação aos investimentos em Educação, constatou-se que o percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecido no art. 212 de Constituição Federal não foi atingido, tendo em vista a paralização decorrente da Pandemia provocada pelo vírus COVID19. No entanto os valores necessários a completar referido índice, que corresponde a 2,11%, encontram-se devidamente depositados em conta corrente bancária vinculada à Educação. Já quanto ao mínimo de 60% de investimento do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, atingiu-se o índice de 62,93%. Falou também da Disponibilidade Financeira e dos Restos a Pagar onde, Conforme demonstrado nos registros contábeis, o ativo financeiro ficou assim constituído: Disponibilidades Financeiras: R\$9.885.032,47; Receitas a Receber: R\$ 0,00. Leu também o Demonstrativo dos Saldos de Restos a Pagar em 31/DEZ/2019; Pagamentos e Inscricões em Restos a Pagar e Saldo em 31/DEZ/2020; Tendo ficado em Restos a Pagar: processados R\$76.137,18. Restos a Pagar não processados: R\$484.285,85. Concluiu a leitura, dizendo que, de janeiro a dezembro/2020, registrou-se Superávit Orçamentário, financeiro, taxas positivas no resultado primário e nominal, assim como mantiveram-se sob índices equilibrados os demais limites. Portanto, os números apurados apontam para o cumprimento das metas estabelecidas e para a manutenção do equilíbrio fiscal. Terminada sua leitura, devolveu a palavra ao Ver. João do Alto, que colocou a palavra à disposição. O Sr. Prefeito pediu ao contador que explicasse o motivo do índice de investimento em Saúde estar maior do que o apresentado na última reunião que teve. O Sr. Ederson, tomou a palavra e explicou que devido a diferentes critérios de classificação das origens dos recursos vindos para enfrentamento ao COVID-19, alguns relatórios contam recursos Estaduais e Federais que vieram misturados em receitas normais como sendo investimentos próprios e outros como sendo investimentos de outras fontes. Frisou também que, o mais importante, é que todos esses recursos foram investidos, apenas contando de maneiras diferentes. Mesmo assim, colocou-se a disposição dos presentes para qualquer esclarecimento sobre o assunto. Finalizada a explicação, devolveu a palavra aos presentes. Pediu a palavra o Sr. Antonio Paz, membro do Conselho Municipal de Saúde que explicou que a audiência da saúde é feita com base nos relatórios recebidos específicos para a saúde e que, assim que a contabilidade pudesse, já passasse para eles os relatórios que informam os dados atualizados para que eles verificassem sobre essa diferença de 7% entre os índices. Pediu a palavra o Ver. Raul Coelho e destacou que o índice de pessoal ainda está acima do mínimo. Tomou a palavra o Sr. Marcos Rocco, que explicou que o índice tem

variado muito devido a também variação da Receita, pois já que não dá para demitir funcionários tão facilmente, quando a receita cai, o índice automaticamente sobe. Mas que, em todo caso, ainda está bem abaixo do limite máximo que é de 54%. Retomou a palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que tendo novamente colocado o microfone à disposição dos presentes, e não tendo mais interessados em falar, declarou que, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e vinte, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.

Nathania V. Comilio C.

Emiliano



LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021, ÀS 10H, NO PLENÁRIO VEREADOR MARCÍLIO PERIOTTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, EM CUMPRIMENTO AO § 4º DO ARTIGO 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL) PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2020.

1	Mauricio Aparecido da Silva
2	José Ramos Costa
3	Antônio Pa dos Santos
4	ELIAS ESTEVAM DE SAUZA
5	Yvone Matiazzi - (conselho tutelar)
6	Marcos A. Rocco
7	Edson João Pereira da Silva
8	Yvone Matiazzi
9	Adriana Bueno do Silva
10	Natália V. Comilio Casarotto
11	Janaina S. Martello
12	ANTONIO ROCHA DE OLIVEIRA
13	Zenardi de Botilani
14	Robson Sanchez
15	José de S. de S.
16	José de S. de S.
17	Gemildo Julião
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	



# Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81

PABX/FAX (44)3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08

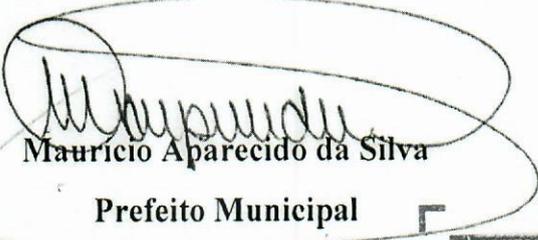
[www.mandaguacu.pr.gov.br](http://www.mandaguacu.pr.gov.br) - E-mail: [adm@mandaguacu.pr.gov.br](mailto:adm@mandaguacu.pr.gov.br)

## EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Objeto: Audiência Pública, para Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2020.**

Em atendimento ao parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Prefeitura Municipal de Mandaguáçu, representada respectivamente pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Aparecido da Silva**, com o objetivo de ampliar e aprofundar a democracia, bem como desenvolver a cidadania, convida toda a população para participar da Audiência Pública a ser realizada no Auditório da Câmara Municipal de Mandaguáçu, localizado na Rua Bernardino Bogo nº 100, Galeria Condomínio Itália, para o **dia 26 de fevereiro de 2021, sexta-feira, as 10:00 horas**, para que possamos realizar a Audiência Pública, referente ao Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2020.

Mandaguáçu, 09 de fevereiro de 2021.

  
Maurício Aparecido da Silva  
Prefeito Municipal

Publicado no Órgão  
Oficial do Município  
de 14 de 2021 Edição  
Secretário

*R. A. S.*